

VISÃO DO CORREIO

A democracia não pode ficar refém dos algoritmos

Preocupa muito ver a eleição brasileira ser afetada pela atuação de uma empresa privada, sob suspeita de manipular as manifestações políticas da população. As explicações apresentadas pela Meta, controladora do Facebook, Instagram e WhatsApp, não convenceram os candidatos, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), o Ministério Público Eleitoral (MPE) e até parlamentares norte-americanos, que enviaram uma carta ao empresário Mark Zuckerberg, controlador do conglomerado. É inadmissível que a democracia brasileira seja contaminada por suspeitas de fraude ou interferência indevida. Esse desvio prejudica a legitimidade do voto, com danos tanto para vencedores quanto para perdedores.

A gravidade do problema aumenta com a proximidade do segundo turno, neste domingo. A disputa acirrada transformou as redes sociais num campo decisivo da campanha. Nesse ambiente, a Meta exerce um poder extraordinário sobre a circulação das informações políticas, por meio de algoritmos que selecionam conteúdos, recomendam perfis, distribuem publicidade e restringem publicações. Nenhuma empresa privada deveria exercer tamanha influência sobre o debate democrático sem transparência e fiscalização efetiva.

As suspeitas não surgiram do nada. Reportagem da *Folha de S.Paulo*, baseada em mensagens internas de funcionários da Meta, revelou restrições que prejudicaram a campanha de Lula, inclusive a impossibilidade de impulsionar publicações durante quase 24 horas, em 9 de outubro. Ao mesmo tempo, o perfil de Flávio Bolsonaro aparecia em recomendações no Instagram e seu canal era sugerido em buscas no WhatsApp, contrariando regras eleitorais. A empresa reconheceu falhas técnicas, mas negou qualquer favorecimento deliberado.

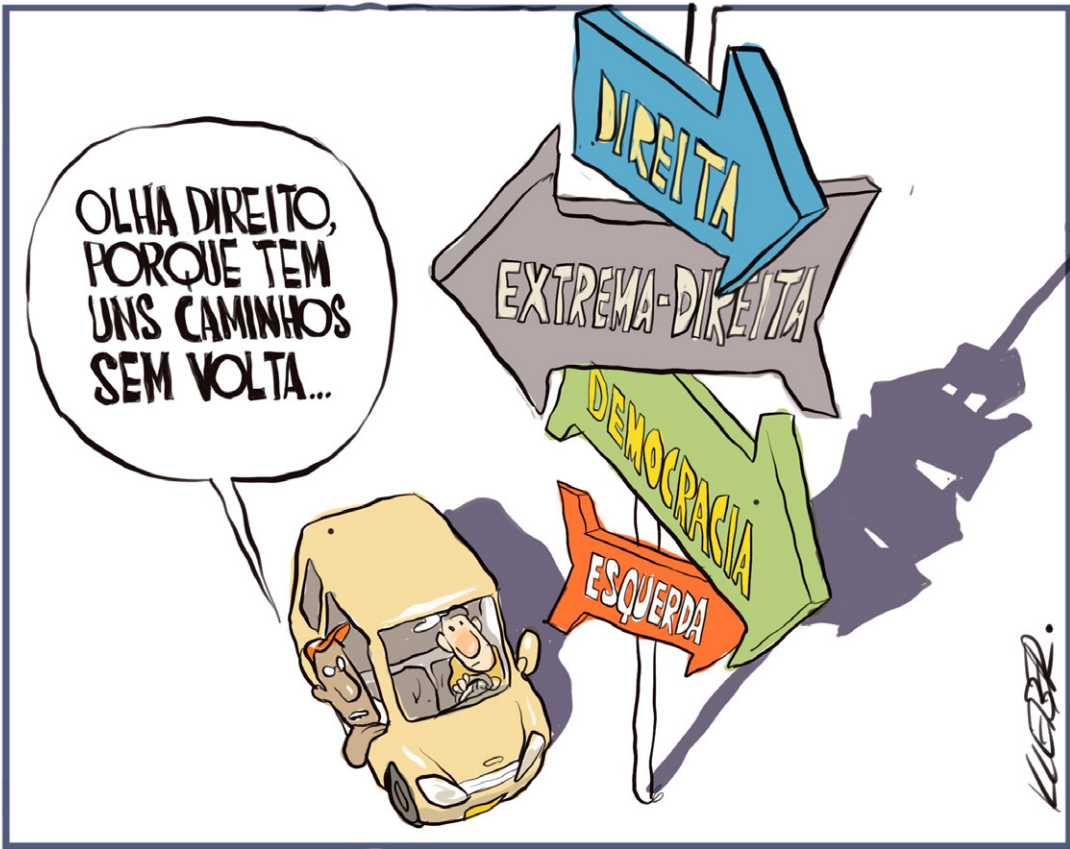
Entretanto, a explicação de que tudo decorreu de erros operacionais não encerra a questão. O MPE acrescentou um elemento institucional à

controvérsia. Em parecer encaminhado ao TSE na quarta-feira, o vice-procurador-geral Eleitoral, Alexandre Espinosa, apontou descumprimento parcial das 17 medidas determinadas pela Justiça para assegurar igualdade entre as campanhas.

A Meta deixou de apresentar informações individualizadas sobre anúncios suspensos, relatórios sobre denúncias eleitorais e estatísticas do funcionamento de sua inteligência artificial. O parecer também mencionou respostas diferentes da Meta AI a solicitações semelhantes envolvendo os dois candidatos e traduções automáticas capazes de alterar o sentido de manifestações políticas. Ontem, o corregedor-geral eleitoral, Ricardo Villas Bôas Cueva, deu 24 horas para a Meta e o X apresentarem esclarecimentos técnicos sobre distribuição de conteúdos, IA e propaganda eleitoral.

A preocupação ultrapassou as fronteiras brasileiras. Doze deputados democratas norte-americanos e o senador independente Bernie Sanders enviaram carta a Zuckerberg cobrando explicações sobre o tratamento dispensado às candidaturas. Levantamento do NetLab, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, identificou 1.613 anúncios políticos considerados irregulares, veiculados entre julho e setembro, com aproximadamente R\$ 2 milhões em recursos e 171 milhões de impressões. Parte dos pagamentos teria origem no exterior. O problema envolve também a possibilidade de financiamento estrangeiro de propaganda política.

Não se trata de atribuir aos algoritmos o poder absoluto de decidir eleições. Os eleitores têm discernimento, convicções e interesses próprios. Mas a liberdade de escolha pressupõe igualdade de oportunidades para as candidaturas e acesso a informações sem manipulação indevida. A democracia não pode depender exclusivamente da palavra de uma empresa sobre o funcionamento de sistemas que somente ela conhece integralmente.



Sr. Redator

» Cartas ao Sr. Redator devem ter, no máximo, 10 linhas e incluir nome e endereço completo, fotocópia de identidade e telefone para contato. E-mail: sredat.df@dabr.com.br. O **Correio** reserva-se o direito de resumir os textos enviados.

Democracia

O que separa os democratas dos autoritários não é a ideologia, mas o respeito às instituições, à Constituição e à vontade popular. Não há espaço para relativizar o autoritarismo em nome de qualquer projeto de poder. Direita e esquerda podem ter profundas divergências, mas devem ser firmes na defesa da liberdade, do Estado Democrático de Direito e das regras do jogo democrático. A democracia não pertence a um partido.

Noel Serpa
Brasília

Eleições

Li com atenção as boas reflexões sobre as eleições com o título “Seu voto vai durar 1.442 dias”, de autoria de Circe Cunha, publicada na edição do **Correio** do último dia 18. Seu dinâmico tecido textual desfilou em bom contexto — com notória sabedoria — sobre as eleições, esboçando inteligentes desfiles nos subtítulos. Recomendo para que quem ainda não leu, procure acessar o aplicativo **Correio** ou adquira a edição impressa, indo ao encontro para se deleitar naquela leitura de elevação, assim como o editorial, a capa e as opções de leitura e diversões culturais, que bem colaboram, diariamente, de forma imparcial, rumo a ordem e progresso de nosso país. Que Deus ilumine estas eleições, trazendo paz e harmonia ao bem de todos!

» Antônio Carlos Sampaio Machado
Águas Claras

Enfermagem

O Supremo Tribunal Federal (STF) retoma o julgamento do mérito sobre ação que questiona o piso salarial da enfermagem. Gostaria de saber por que tanta dificuldade em concluir esse julgamento. Não faz sentido algum essa demora. O piso da enfermagem é questão de dignidade, moral e ética. Um enfermeiro, com tanta responsabilidade e tanta atribuição na área hospitalar, e o valor do piso continua ínfimo. Mas, ao menos, estamos melhores do que antes da pandemia

» Josemar Mariano
Brasília

» correiobraziliense.com.br

VÍDEO

A jornalista Denise Rothenburg comenta a movimentação dos presidentes da Câmara dos Deputados, Hugo Motta, e do Senado Federal, Davi Alcolumbre, para declarar apoio ao vencedor da disputa pela Presidência da República logo após o resultado e independentemente de quem sairá vitorioso.



Aponte a câmera e confira os vídeos na íntegra

BLOCO DE NOTAS

O jornalista Carlos Alexandre de Souza comenta as declarações mais recentes de apoio aos candidatos à Presidência da República. Entre elas, a de dois empresários famosos — João Dória e João Amoedo —, com decisões opostas.



Aponte a câmera e confira os vídeos na íntegra



MARCOS PAULO LIMA
marcospaulo.df@cnet.com.br

O voto não canoniza candidatos

A Bíblia não conheceu as urnas das democracias modernas. Ainda assim, suas páginas tratam de poder, justiça e cuidado com o próximo — questões centrais na escolha de representantes. Para o cristão, votar não é um gesto ritual nem uma extensão da identidade religiosa. É uma decisão de consciência, com consequências para toda a sociedade.

Em Romanos 13, Paulo apresenta a autoridade como instrumento destinado a conter o mal e promover o bem. A passagem, porém, não autoriza a tirania nem concede um cheque em branco a quem governa. A função pública deve servir à ordem e ao interesse coletivo. Respeitar as instituições não significa aprovar indiscriminadamente seus ocupantes: governantes também precisam ser avaliados pelas obrigações inerentes ao cargo.

O discernimento começa pelo caráter, mas não termina nele. Provérbios afirma que o povo se alegra quando os justos governam e geme sob o domínio dos perversos (29:2). A mesma tradição manda defender quem não pode falar por si e assegurar os direitos dos pobres e desamparados (Provérbios 31:8-9). Integridade não é apenas virtude privada: deve aparecer na gestão dos recursos públicos, no respeito às leis e na proteção dos vulneráveis.

Escolher um representante exige mais do que simpatia, identificação religiosa ou promessas convenientes. É preciso examinar sua trajetória, confrontar discurso e prática e avaliar a consistência das propostas. Quem pede o voto respeitante as regras democráticas? Presta contas de seus atos? Reconhece a dignidade de quem pensa diferente? Suas decisões favorecem o bem comum ou atendem a interesses particulares? Essas perguntas ajudam a separar convicções legítimas da propaganda eleitoral.

A vida, a dignidade humana e a justiça devem orientar a reflexão ética sem aplicação seletiva. Esses princípios perdem força quando invocados para defender aliados e ignorados diante de adversários. A fé não dispensa o exame dos fatos, a

análise das propostas nem a avaliação das consequências das decisões públicas. Tampouco transforma declarações religiosas em certificado de honestidade. O compromisso cristão exige coerência entre aquilo que se professa e a maneira como se julgam as atitudes de quem exerce ou pretende exercer o poder.

A história de Ester acrescenta outra dimensão. Diante da ameaça de extermínio contra seu povo, a rainha foi instada por Mardoqueu a não se refugiar no silêncio. Ester 4:14 pergunta: quem sabe se não foi para um momento como aquele que ela chegou à posição que ocupava? A narrativa se passa numa monarquia, não numa democracia, e não trata diretamente do voto. Sua lição, contudo, atravessa épocas: diante da injustiça, uma posição privilegiada pode trazer deveres, e a omissão também tem consequências.

A participação cívica não termina na urna. Paulo recomenda orações pelas autoridades, para que a sociedade viva em paz (1 Timóteo 2:1-2). Isso não exige silêncio diante dos erros. Os eleitos devem ser acompanhados e cobrados; decisões examinadas, promessas confrontadas com resultados e informações verificadas antes de compartilhadas. A democracia exige vigilância, não devoção a governantes.

José, Daniel e Ester atuaram em governos estrangeiros sem fazer do poder um objeto de adoração. Seus exemplos lembram que nenhum líder é dono da fé e nenhum partido detém o monopólio dos valores cristãos. A fé não exige fidelidade cega a autoridades políticas.

Na hora de votar, a pergunta decisiva não é qual nome se apresenta como mais próximo de Deus, mas quem merece confiança por sua conduta, suas propostas e seu compromisso com a justiça. O voto não canoniza ninguém. É uma escolha humana, sujeita a erros, cujos efeitos alcançam toda a sociedade. Para o cristão, exercer esse direito vai além de defender convicções: é assumir responsabilidade pelo bem comum.

CORREIO BRAZILIENSE

“Na quarta parte nova os campos ara
E se mais mundo houvera, lá chegará”
Camões, e, VII e 14

GUILHERME AUGUSTO MACHADO
Presidente

Leonardo Guilherme Lourenço Moisés
Vice-Presidente executivo

Ana Dubeux
Diretora de Redação

VENDA AVULSA			ASSINATURAS*	
Localidade	SEG/SÁB	DOM	SEG a DOM	
			R\$ 1.187,88	
DF/GO	R\$ 5,00	R\$ 7,00	360 EDIÇÕES	
			(promocional)	
Assine				
(61) 3342.1000 - Opção 01 ou (61) 99966.6772 Whatsapp				
*Preços válidos para o Distrito Federal e entorno. Consulte a Central de Relacionamento (3342-1000) ou (61) 99158.8045 Whatsapp, para mais informações sobre preços e entregas em outras localidades, assim como outras modalidades e formas de pagamento. Assinaturas com forma de pagamento em empenho terão valores diferenciados. Aquisição de assinaturas para atendimento de demanda de licitação é sob consulta. Preços válidos para até 10 (dez) assinaturas por CPF ou CNPJ.				
Anuncie				
Publicidade: (61) 3214.1339 ou (61) 99555.2585 Whatsapp				
Publicidade legal: (61) 3214.1245 ou (61) 98169.9999 Whatsapp				
Classificados: (61) 3342.1000 ou (61) 98169.9999 Whatsapp				

S.A. CORREIO BRAZILIENSE – Administração, Redação e Oficinas Edifício Edison Varela, Setor de Indústrias Gráficas - Quadra 2, nº 340 - CEP 70610-901. Rede Interna: 3214.1078 - Redação: (61) 3214.1100; Comercial: (61) 3214.1339 ou (61) 99555.2586 Whatsapp.

ANJ WZ
associação de jornalismo

Endereço na Internet: <http://www.correioweb.com.br>
Os serviços noticiosos e fotográficos são fornecidos pela AFP, Agência Estado e D.A Press. Tel: (61) 3214-1131

DIÁRIOS ASSOCIADOS 

D.A Press Multimídia
Atendimento pessoalmente para pesquisa em jornais e cópias:
SIG Quadra 2, nº 340, bloco 1, Subsolo - CEP: 70610-901 - Brasília - DF;
de segunda a sexta, das 9h às 18h.

Atendimento para venda de conteúdo:
Por e-mail, telefone ou pessoalmente: de segunda a sexta, das 9h às 22h/
sábados, das 14h às 21h/
domingos e feriados, das 15h às 22h.
Telefones: (61) 3214.1575 / 1582 / 1568.
E-mail: dapress@dabr.com.br Site: www.udapress.com.br